**PROCESSO**: **n º** 4701 - 5924/2016

**INTERESSADO:** Santa Casa de Misericórdia de Maceió

**Assunto:** Pagamento de Atendimento Hospitalar.

Trata-se de **Processo Administrativo nº 4701 – 5724/2016**, em 01 (um) volume, com 12 (doze) fls., que versa sobre a solicitação de pagamento ao Hospital Conveniado, **Santa Casa de Misericórdia de Maceió**, no valor de R$1.176,00 (um mil, cento e setenta e seis reais), referente à prestação de serviços hospitalares.

Os autos foram encaminhados a esta **Controladoria Geral do Estado – CGE** para análise final e parecer contábil conclusivo, atendendo ao que determina o Artigo 48 do Decreto Estadual nº 51.828/2017.

**1 - RELATÓRIO**

**I – PRELIMINARMENTE**

A análise dos autos nº 4701-5724/2016, restringiu-se a instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no referido processo:

**2 – DO EXAME DOS AUTOS**

Feitas as considerações PRELIMINARES acima expostas, passamos a analisar os aspectos que merecem relevo na aferição da *“análise e emissão de parecer técnico”,* conforme requerido pela Assessora Técnica da Superintendência de Auditagem (fls. 12).

2.1. Constata-se uma planilha com dados gerais dos atendimentos do Conveniado, solicitando a liberação do empenho, de lavra da Coordenadoria de Faturamento (fls. 02/04).

2.2. Observa-se que foi acostado o relatório de remessa por atendimento realizado (fls. 05 ).

2.3. Ás fls. 06/07, foi acostado o relatório de auditoria, de lavra do Auditor Técnico Administrativo, Braulio Leite Neto, com glosas, perfazendo **valor liberado de R$756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais).**

2.4. Conclusão pela possibilidade de pagamento (fls. 08).

2.5. Observa-se a falta de resposta da Gerencia Executiva de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, para o Despacho da Diretoria da Presidência feita às fls. 09.

2.6. Verifica-se informações sobre a existência de dotação orçamentária, mas sem a conta específica para a alocação da despesa.

2.7. Constata-se que o gestor do órgão acostou aos autos o Reconhecimento e a justificativa do não pagamento da Dívida pelo Gestor do Órgão como determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.868/17 (fls. 10).

2.8. Observa-se, que a despesa não encontra-se em conformidade com os Artigos 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64.

2.9. Constata-se, que não foram acostadas as certidões de regularidade fiscal.

2.10. Não observado a cópia do Convênio celebrado com o Hospital em tela.

2.11. Observa-se que não encontra-se anexada aos autos a nota fiscal de prestação dos serviços.

**É O RELATÓRIO.**

**3 - NO MÉRITO**

3.1. De toda a explanação e detalhamento dos autos, contidos no **“Exame dos Autos”** do presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, trazemos à baila as seguintes considerações, quais sejam:

1. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA -** Que seja informada a dotação orçamentária a ser utilizada para a despesa requerida.
2. **NOTA DE EMPENHO** – Que o órgão realize a emissão da Nota de Empenho e liquidação no valor total de R$756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais).
3. **CONVÊNIO** – Anexar aos autos, cópia da celebração do convênio, quando do pagamento.
4. **DO DOCUMENTO FISCAL** – Que seja emitida a devida Nota fiscal da prestação dos serviços, quando da emissão da Nota de Empenho e que seja **“atestada”** pelo Gestor do Contrato.
5. **DAS CERTIDÕES** – Quando do pagamento que as certidões referentes à regularidade fiscal sejam acostadas aos autos em atendimento à legislação pertinente.

**4 - CONCLUSÃO**

Encaminhem-se os autos ao gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada e providências, sugerindo a devolução dos autos ao Órgão de origem, para a solução da pendência processual apontada no subitem 3.1, item **“a”** a **“e”**, ato contínuo, que seja realizado o pagamento ao Hospital, **Santa Casa de Misericórdia de Maceió**, no valor de R$756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais).

Maceió, 24 de abril de 2017.

Flávio André Cavalcanti silva

**Assessor de Controle Interno/ Matrícula nº 109-0**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**